



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**UMA ANÁLISE SOBRE A POLÊMICA ENTRE SENTIDO EXTERNO E SENTIDO
INTERNO NA FORMAÇÃO DO BRASIL – A REFLEXÃO ESTRUTURAL E AS NOVAS
COMPLEXIDADES**

Aluno: Lucas Lima Otranto Corazza

Orientador: Prof. Dr. Fausto Saretta

Banca examinadora: Prof. Dra. Luciana Togeiro de Almeida

**Araraquara
2011**

Lucas Lima Otranto Corazza

**UMA ANÁLISE SOBRE A POLÊMICA ENTRE SENTIDO EXTERNO E SENTIDO
INTERNO NA FORMAÇÃO DO BRASIL – A REFLEXÃO ESTRUTURAL E AS NOVAS
COMPLEXIDADES**

Monografia

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Faculdade de Ciências e Letras

Departamento de Economia

Corazza, Lucas Lima Otranto

Uma análise sobre a polêmica entre sentido externo e sentido interno na formação do Brasil: a reflexão estrutural e as novas complexidades / Lucas Lima Otranto Corazza. – 2011

25 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Fausto Saretta

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Historiografia. I. Título.

Para meus pais

As causas, em História como em outros domínios, não são buscadas. São postuladas.
Marc Bloch, in: Apologia da História, ou o ofício do historiador.

Agradecimentos

Como não pode deixar de ser, gostaria de agradecer pessoas sem as quais não chegaria onde cheguei.

São eles, meus pais, por proverem o que foi preciso;

Melina, sem a qual jamais iria pra frente;

Meu time de handebol, onde me entendi no mundo;

Os amigos Carneiro, Americana, Caiçara, Léo, Fí e Babo, como o Lazinho, o Cezinha e a Marcela, e outros mais;

Diogo Buiú, pelas conversas decisivas;

Lango, pela formatação da monografia;

e Alice.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a polêmica gerada pela publicação de *Arcaísmo como Projeto*, de Fragoso e Florentino. Apoiados no mercado atlântico como inserção determinante da economia colonial, no papel estrutural do tráfico de escravos na África como nas colônias americanas, na expansão ultramarina portuguesa como projeto social para a manutenção do Antigo Regime, acabando por reproduzir hierarquia desigual e excludente na colônia e apropriando apenas o resultado final do excedente gerado, os autores afirmam que deste conjunto emergem as condições para um circuito interno de acumulação. Mercadores cariocas, a partir da transformação das formas de acumulação ao longo do século XVIII, preenchem os espaços mercantis internos e alçam-se à hegemonia socioeconômica local, apropriando-se de excedentes agroexportadores sem contudo levar estes à ruína, em função da elasticidade da oferta interna, desta forma reiterando a ordem social excludente da colônia, e criando quadros de monopólio para a elite mercantil.

Esta proposta será descrita e criticamente apreciada no capítulo 2. Precedendo-a, apresentamos no primeiro capítulo uma leitura da explicação em “formação da estrutura subdesenvolvida brasileira”, em Furtado. Analisamos extensamente sua análise pautando-nos pelos elementos que entendemos serem centrais, a formação de capital e o nível de renda verificados a partir da produção exportadora em cada período colonial, e a possibilidade de desenvolvimento que permitem.

A conclusão é uma síntese entre a reflexão estrutural(ista) de Furtado e o isolamento teórico de Fragoso e Florentino, apontando o papel que entendemos para estes no debate após as críticas a sua proposta, assim como propomos a importância das análises clássicas ao entendimento do resultado histórico brasileiro.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, O MODELO ESTRUTURALISTA DE CELSO FURTADO.....	11
1.1 Introdução.....	11
1.2 Processo Histórico Geral.....	13
1.3 Processo Econômico.....	16
1.3.1 Economia Escravista de Agricultura Tropical – Séculos XVI e XVII.....	16
1.3.2 Economia Escravista Mineira – Século XVIII.....	18
1.3.3 Economia de Transição para o Trabalho Assalariado, ou conclusão da análise sobre a formação da estrutura subdesenvolvida brasileira.....	21
1.4 Modelo de Formação de renda e Acumulação de capital.....	25
CAPÍTULO 2 – ARCAÍSMO COMO PROJETO, VIRTUDE HISTÓRICA E FRAGILIDADE ESTRUTURAL.....	27
2.1 Introdução.....	27
2.2 Síntese da proposta.....	28
2.3 Interpretação teórica.....	31
2.4 Rompimento com a historiografia tradicional.....	32
2.5 Críticas.....	34
2.5.1 Problemas de periodização, interpretação da historiografia, ritmo autônomo e extensão das afirmações para todo período colonial.....	34
2.5.2 Problema da sobreposição do "pequeno Brasil" ao "Brasil maior" e questões da Historiografia internacional.....	37
2.6 Conclusão.....	40
CONCLUSÃO.....	44
ANEXO.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	51

Introdução

Este trabalho tinha um formato anterior que se estendia a um terceiro capítulo, no qual iríamos propor uma possível perspectiva a partir do confronto dos capítulos anteriores. De toda forma, não nos pareceu um problema a redução do formato a uma comparação entre *Formação Econômica do Brasil* e *Arcaísmo como projeto*; além da autonomia que cada capítulo guarda, torna o objetivo mais apropriado a uma monografia.

A proposta do trabalho que delimitamos, portanto, é uma análise em torno da polêmica gerada pela revisão do sentido externo como determinante da realidade colonial. Fragoso e Florentino, com base em ampla documentação, buscam fundar uma nova problemática aos “modelos explicativos da economia colonial”, voltada à lógica interna da colônia. Sua proposta sugere a refutação das explicações que se apoiariam no “sentido externo”, como as de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais, uma vez que os novos dados apresentados apontam para contornos até então incompreendidos.

Fragoso e Florentino inauguram, de certa forma, uma compreensão teórica de circuitos internos de acumulação, isto é, acumulação endógena no espaço colonial, o mesmo espaço que, segundo os autores, os modelos do “sentido externo” limitam a uma estreita dependência à Metrópole, ignorando o vulto de seu mercado interno.

Desde sua publicação, a 1993, vem recebendo louvações e críticas, das quais apresentamos duas, e já ocupa um lugar permanente no debate sobre os mecanismos e determinantes da economia colonial. No entanto, não passou despercebido a audácia e pretensão da tese, que, como veremos, relativiza o debate anterior ao qual se insere sua proposta, de modo mesmo a deformar pensamentos originais, acompanhado ainda por conclusões peremptórias que se propõe fundar um marco inédito e demolidor, que na verdade não deixam de ser repetições de consagrados argumentos e conhecidas abordagens de nossas ciências humanas.

Desde o início, entendemos que o isolamento a que se propõe os autores é descabido, mesmo porque, mais que desconsideração, seria um retrocesso a um debate tão importante para a reflexão do resultado histórico do Brasil. Não só em História, como em todo e qualquer campo, não se avança sobre um ponto anterior para chegar em algo novo sem retomar e sintetizar os acertos anteriores. E especialmente em História, como descreve Mello no posfácio de *Raízes do Brasil*, a sobrevivência de uma obra é devida à *tesão pelo concreto* que apresenta. Daí,

acreditamos que autores que carregam a marca registrada dos grandes historiadores não poderiam ser refutados com tamanha facilidade. (Mello, 2007, p.190)

Proposto como uma síntese entre Furtado e Fragoso e Florentino, este trabalho teve o objetivo de realçar o que considera ser o traço fundamental de autores como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e o próprio Furtado, traços importantes a seu tempo e aos tempos futuros a eles, que é capturar a realidade estrutural da História brasileira. Por detectar elementos que ao longo da história desempenharam efeitos decisivos, sobretudo ao detectar a permanência desses elementos até tempos presentes, seja fazendo parte do panorama geral da urdidura seja compondo o pormenor da trama, entendemos que estes autores são imprescindíveis ao debate. Independente de análises de contextos que o acúmulo de material com o tempo leva a revisões, nossa visão é de que tais autores, por meio de sua originalidade, descortinam uma realidade permanente, fazendo do esforço histórico uma busca no passado por raízes e permanências que explicam fundamentos do presente, e por isso não devem ser menosprezados.

Para tanto, selecionamos Celso Furtado e seu poderoso modelo de explicação da realidade brasileira. No confronto com os novos dados de *O arcaísmo...*, vários de seus quadros históricos tem traços alterados senão invertidos. Inclusive, alguns apoios históricos para sua análise são comprometidos. No entanto, ao mesmo tempo alguns de seus conceitos são repetidos, consciente ou inconscientemente, por Fragoso e Florentino. Mas sobretudo, os elementos da estrutura econômica brasileira que descortina e a dimensão desses elementos obtida pelo confronto com o desenvolvimento dos Estados Unidos, para apenas demonstrar o efeito do tempo ao centro de sua explicação, permanecem fundamentais para o entendimento da trajetória histórica do Brasil, para o entender como o imenso potencial de recursos não se desenvolveu como lá, mas sub-desenvolveu aqui.

Com essa perspectiva em mente, trabalhamos a hipótese de que a abordagem estrutural para o entendimento histórico presente em autores clássicos, e aqui especificamente na metodologia estruturalista de Furtado, não cede ao rompimento de Fragoso e Florentino, pelo contrário, são estes que cedem à apreciação de sua construção teórica.

Apresentamos a seguir dois capítulos autônomos, para em seguida confrontar a abordagem desenvolvida num e no outro na, e daí retirar a síntese que sugerimos nesta *introdução*.

1. Formação Econômica do Brasil, o modelo estruturalista de Celso Furtado

1.1 INTRODUÇÃO

Formação Econômica do Brasil, publicado em 1959, resultado final de *A Economia Brasileira*, de 1954, representou a legitimação da proposta estruturalista de análise econômica iniciada por Raul Prebisch, delineada no clássico *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, ao sistematizar e verificar num estudo histórico o quadro analítico e a trajetória histórica propostos, até então só imperfeitamente explicitados.

Na esteira dos objetivos perseguidos pelos economistas em torno da CEPAL, Furtado (1959) vai se concentrar nos motivos para a não realização da etapa industrial na economia brasileira, e propor possibilidades a partir das vicissitudes enfrentadas à época pela industrialização em curso no país, cujo êxito, para os cepalinos, tinha o expressivo significado de alcançar a independência da nação ao atraso relativo às economias centrais.

Para tanto, da ocupação e colonização do território no século XVI ao crescimento industrial da primeira metade do século XX, pontua Bieslschowsky (1988), Furtado divide a trajetória histórica em formação da estrutura subdesenvolvida brasileira, 1500-1850, e expansão interna e transição para a indústria na estrutura subdesenvolvida brasileira, 1850-1950.

Para a construção da análise, há 3 etapas que mais ou menos se destacam no curso da arquitetura de Furtado. Primeiro, há a formação e delineamento dos processos econômicos na Colônia até a crise do Antigo Regime, Revolução Industrial e Revolução Francesa, momento inclusive marcado pela decadência da economia mineira. Na sequência, há a recuperação da estagnação de três quartos de século, entre 1775-1850. Após este período de atrofiamento do setor exportador, da produtividade e do grau de monetarização na economia, refletindo no crescimento do setor de subsistência e sua expansão territorial – após a estagnação, a ascendência do setor cafeeiro como principal produto do setor exportador, passando por duas décadas de baixo preço no mercado internacional, a partir de 1850 fica clara a inflexão gerada na economia brasileira, a identificação do novo centro dinâmico da economia (termo importante na análise de Furtado).

Em terceiro lugar, concluindo e ordenando em perspectiva a problemática definida na formação das estruturas, a partir do salto de rentabilidade da economia cafeeira, das mudanças estruturais de mão de obra, digamos, da inflexão capitalista por que passa a economia brasileira

até a crise gerada na relação de descompasso da expansiva produção do café contra a inelasticidade e estabilidade da absorção pela procura externa – Furtado relaciona a trajetória anterior à inflexão marcada no decorrer dos anos 1930, entre o desequilíbrio externo, o imperativo de reajustar o coeficiente de importação e o impulso à substituição interna de bens de consumo corrente, para então concluir, a partir das vicissitudes da estrutura econômica brasileira resultante da colonização, a natureza do crescimento industrial gerado no processo, e debater hipóteses e possibilidades outras para as condições dadas, de forma a por em perspectivas as análises dos diferentes momentos da História brasileira, enfatizando um comum aspecto a despeito das mudanças por que passou o problema básico ao desenvolvimento econômico nos diversos períodos.

Sua conclusão final, ao último parágrafo do livro, depois de projetar para o término do século o ritmo de crescimento das taxa de renda per capita e taxa populacional do ano de 1950, e relativizá-las num contexto global, é a seguinte:

“Sendo assim, o Brasil por essa época ainda figurará como uma das grandes áreas da terra em que maior é a disparidade entre o grau de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais” (Furtado, 1959, p. 335).

Neste capítulo, o interesse sobre *Formação* não se estende ao todo que o livro representa. Antes, nosso objetivo está concentrado nos mecanismos que envolvem os fluxos e a concentração de renda -e as relações que se desenvolvem a partir daí-, que Furtado descreve para referendar a abordagem da estrutura subdesenvolvida, determinante sobre as possibilidades de desenvolvimento da economia brasileira.

A análise abaixo está dividida em três etapas. Primeiro, a contextualização geral dos períodos históricos em que se desenrola a formação das estruturas brasileiras. Na sequência, a contextualização dos marcos e movimentos específicos do processo econômico brasileiro, organizando os dados para a análise final. Por fim, a síntese em torno do objetivo traçado, a visão de conjunto sobre a renda, que se abre no modelo de Furtado.

1.2 PROCESSO HISTÓRICO GERAL

O período da formação da estrutura subdesenvolvida brasileira é compreendido do êxito da empresa agrícola portuguesa e ocupação do território, ao estancamento das exportações na primeira metade do século XIX e dificuldades financeiras do governo central, redundando numa estagnação que não levou a economia a se integrar às linhas em expansão do comércio internacional.

Não foi automática nem pré-determinada a implementação portuguesa de uma grande empresa agrícola, senão resultado da necessidade de defender e ocupar o território. Mais, caso resultasse precária a rentabilidade, a manutenção da presença na América representaria um ônus elevado para Portugal. De toda forma, o que ocorreu foi uma rápida estabilização da produção do açúcar, amparada de um lado pelo monopólio da atividade, isto é, a não concorrência de uma produção na América espanhola, esta completamente voltada para a extração de ouro; e amparada sobretudo pela fundamental participação dos flamengos, sobretudo holandeses, na condução dos negócios do açúcar.

Furtado aponta que enquanto os portugueses eram responsáveis pela produção, cabia aos holandeses o refino e distribuição por toda a Europa. Acrescenta que a principal realização da empresa açucareira foi a absorção do crescimento da produção por um mercado também em expansão, somente possível pelo virtual controle que exerciam os holandeses sobre o comércio e transporte europeu da época.

Portanto, quando após a ocupar a região de Pernambuco vão instalar uma indústria açucareira nas Antilhas, ambos eventos relacionados no âmbito das guerras entre Espanha e Holanda e absorção de Portugal à Espanha entre 1580-1640 – ao instalar uma indústria concorrente nas Antilhas, na metade do século XVII, e em 10 anos alcançada produção em grande escala, aproveitando-se do conhecimento da técnica e da organização da produção obtidos durante a etapa em Pernambuco, os holandeses não apenas impõe uma inflexão na oferta do produto e uma conseqüente redução de metade do preço, mas impõe-se na distribuição da produção antilhana, passando esta a dominar o mercado europeu. Como reflexo, a brusca queda da rentabilidade da indústria brasileira, mesmo havendo mantido a produção em níveis elevados, leva à decadência do que era o impulso dinâmico do sistema econômico gerado na colônia. Nesse ínterim, Portugal, recém saído da união forçada com a Espanha, havia perdido seu melhor entreposto nas Índias Orientais e sua melhor região na América, e estabeleceu vínculos de semidependência à Inglaterra na esteira de acordos em meados do século. Mais, a queda da

rentabilidade do açúcar colonial significa também a queda da fonte com a qual saldava suas importações. Assim, o último quartel do século é marcado pela implantação de políticas protecionistas e de fomento à produção manufatureira, provendo internamente os produtos que a capacidade para importar não permitia obter externamente.

Ao período de deficiência econômica, a primeira década de 1700 representa uma nova inflexão. Se os 3 acordos com a Inglaterra em meados do século anterior já haviam criado terreno para que seus privilégios se estendessem indefinidamente, em 1703 o Tratado de Methuen fornece as bases para a estendê-los ainda mais vantajosos por mais de 1 século. Em suma, o acordo consistiu na retirada por Portugal de legislação de proteção às manufaturas locais em troca de vantagens aduaneiras para vinhos portugueses na Inglaterra. Somado ao início na mesma década da produção aurífera e seu fluxo à Metrópole portuguesa, o acordo foi a base para o desmantelamento da capacidade manufatureira iniciada ao fim do século anterior, gerando profundas repercussões.

A extensão do processo é um marco para a trajetória seguinte de Brasil, Portugal e mesmo da Inglaterra. Com efeito, Portugal experimenta efeitos de doença holandesa como a Espanha no século anterior, abdica da inversão no setor manufatureiro e provém-se via importações inglesas; a Inglaterra consegue um raro mercado externo em expansão num contexto mercantilista, salda suas exportações em ouro, no que Portugal se transforma no melhor ramo do comércio inglês, e a partir do afluxo de ouro aos bancos ingleses Londres suplanta Amsterdam como o centro financeiro da Europa; no Brasil, o não prosseguimento da atividade manufatureira em Portugal e sua posição restrita de entreposto comercial na Europa, a falta da presença de imigrantes com conhecimentos da técnica e organização da produção e os privilégios para importações inglesas foram responsáveis pela não assimilação da atividade na colônia, a despeito das concentrações urbanas e amplo mercado consumidor que gerou a economia mineira.

A ascensão da economia mineira - e a renda da exportação do ouro e o resultado do impulso dinâmico na economia colonial, que serão analisados mais adiante-, entretanto, após o apogeu por volta de 1750-1760, resultou numa rápida e geral decadência.

Ao cabo da prosperidade, Portugal não tinha mais um setor manufatureiro, e a época era de Revolução Industrial, de salto colossal de produtividade como de demanda por algodão. Compõe o contexto a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, guerras napoleônicas, bloqueio e contra-bloqueio da Europa e desmantelamento do Império colonial espanhol. O turbulento interregno que se estende ao longo dos últimos vinte anos do século

XVIII, com maiores ou menores variações, para a economia brasileira representa a desorganização do mercado mundial de produtos primários, com elevação de preços, e assim uma sobrevida à estagnação do açúcar, por exemplo, e uma breve prosperidade no Maranhão pela produção de algodão.

Contudo, a anomalia do período sai de cena já no início do século XIX, e a falsa euforia, intensificada pelo estabelecimento do governo metropolitano ao Brasil e pela Abertura dos Portos em 1808, a falsa euforia não permite a compreensão de que não eram vãos, por exemplo, os esforços do Marquês de Pombal contra o caráter de dependência agrícola inglesa que Portugal havia se tornado. Se por um lado a prosperidade no Brasil era breve e alcançaria na exportação a marca de £ 4 milhões num ano favorável ao fim do século XVIII, no período de 1795-1801, igualmente anômalo e próspero, os Estados Unidos obtém ganhos anuais de 32 milhões por meio de exportações da indústria naval, sendo ainda não desta mas da exportação de algodão o grande impulso dinâmico e a alavanca aos saldos exportáveis fundamentais para a capacidade de importar do país.

Desta forma, Portugal e Brasil não assimilavam os saltos tecnológicos por que passavam as indústrias do período, não se integravam às linhas em expansão do comércio internacional, e passada a prosperidade momentânea o Brasil acumulava os mais baixos saldos de exportação de sua história, tendo estancado mesmo suas exportações tradicionais. Completando esses dados, somam-se os marcos ao Brasil no tratado de 1810 reconhecendo Inglaterra como potência privilegiada, na separação definitiva à Portugal em 1822 sem mudar a chefia nem a relação com Inglaterra, no acordo de 1827 consolidando a posição anterior da Inglaterra, e na eliminação do poder pessoal do imperador, implicando a ascensão definitiva ao poder pelos senhores da grande agricultura de exportação.

Somados os marcos aos dados anteriores, a situação da economia brasileira é representada por, 1) limitação da autonomia do governo central por toda a primeira metade do século XIX, imobilizada em taxas insuficientes a principal fonte de recurso financeiro do Estado, o imposto de importação, redundando numa crise financeira que atravessa o período; 2) estancamento das exportações em cenário marcado pela queda persistente dos preços de açúcar e algodão por toda a primeira metade do século; 3) queda secular da renda de exportação e, como aponta Furtado, talvez menor renda per capita de toda a história do Brasil até então; 4) financiamento do déficit do governo central por emissão de papel-moeda, tendo como resultado final o salto da inflação, concentrados os efeitos sobre as populações urbanas, acarretando seu

empobrecimento e incidindo sobre as inúmeras revoltas que marcaram a primeira metade do século; 5) finalmente, e concluindo, a economia brasileira é representada por “(...) três quartos de século [1775-1850] em que a característica dominante fora a estagnação ou a decadência” (Furtado, 1959, p. 164).

1.3 PROCESSO ECONÔMICO NO BRASIL

1.3.1 Economia Escravista de Agricultura Tropical - Séculos XVI e XVII

Para a análise econômica do Brasil, Furtado não se limita à caracterização de *ciclo* para os diversos períodos históricos. Embora seja clara a organização da história econômica brasileira em torno de uma produção específica e preponderante a cada período, o autor está preocupado em abrir a perspectiva da estrutura formada pelos movimentos econômicos que se sucedem, justapõem-se e se sobrepõem. A atenção aos movimentos, que são cíclicos, em si encerra os dados em compartimentos separados, não alcança a visão de conjunto que possibilita a ligação dos elementos mais anteriores da história colonial aos elementos da primeira metade do século XX. Sem a abordagem estrutural a interpretação das vicissitudes à industrialização e superação do atraso periférico são apreendidas fora da real dimensão histórica de que fazem parte.

Desta forma, é recorrente na análise de Furtado o uso do termo *sistema* para as atividades econômicas, sobretudo pelo isolamento em que as atividades econômicas se dão no período colonial, havendo a constituição de sistemas mais ou menos autônomos, que apenas em circunstâncias específicas vão se integrar.

Isso posto, para o sistema econômico em torno da economia açucareira, temos que no conjunto formado pela empresa de grande escala concentrada em poucas mãos, pela solução da mão de obra escrava africana e pela maior parte do esforço de inversão estar concentrado na implantação da unidade produtiva, no conjunto há uma altíssima rentabilidade que contrasta com a expansão da produção em menor escala, assim como há uma renda gerada no processo que quase não se estende por fluxos monetários além da propriedade agrícola.

A partir daí, Furtado monta sua explicação pela ligação externa a que a produção está organizada, assim como pela ligação da economia açucareira a uma economia criatória gerada como reflexo daquela.

À não utilização da plena capacidade de autofinanciamento da indústria, e não utilização dos recursos sobranes da importação e da manutenção do capital fixo, Furtado aponta que

A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes [holandeses]. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e canaviais, seria o que se chama modernamente de renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia. (Furtado, 1959, p. 82).

Furtado estima que do montante de renda gerado no sistema econômico, pelo menos 90% concentra-se nas mãos dos proprietários de engenho e plantações de cana. Na esteira desse dado, tem-se a quase identidade do valor da renda da produção do açúcar ao valor da exportação do mesmo, além da propriedade da quase totalidade dos fatores da unidade produtiva resultando em renda total praticamente equivalente ao lucro do empresário.

Para explicar o resultado da renda sobrente no sistema, o autor monta a explicação de que, para este mesmo período de fins do século XVI a meados do XVII, embora a pecuária nordestina receba fluxos monetários, são eles muito reduzidos e organizados numa economia de precária estruturação, de baixa capitalização, cuja expansão se dá praticamente à revelia de gastos monetários, sustentada pelo crescimento vegetativo da população como do gado.

Assim, os pagamentos em gastos de transporte, alimentos e animais de tiro não implicam efeitos dinâmicos em função da acumulação de capital na economia criatória, de modo a que a existência de um fluxo monetário a ela não repercute em desenvolvimento.

Como a base fundamental de Furtado está concentrada no processo de formação de renda e acumulação de capital subjacentes à sua análise estrutural, a conclusão é de que não havendo ligação entre a esfera de produção e uma esfera de consumo local, sendo ambas as economias expandidas à base de apenas aumento de fatores e sem possibilidade de mudança estrutural de produção, e tendo em consideração a dependência da criatória pela demanda da açucareira e a vinculação do aumento de produtividade desta ao aumento da procura externa – tem-se a conclusão de que não há crescimento que resulte em desenvolvimento de autopropulsão.

Desta forma, Furtado fecha a análise num circuito que começa e acaba na formação de renda e acumulação de capital, por uma lado apoiando-se em dados pontuais da distribuição da renda e na sugestão da direção de parte da renda a comerciantes externos, por outro apoiando-se na permanência dos dados do período a períodos seguintes como uma realidade agregada que se

estende pela História, ou o quanto o caráter estrutural deste sistema se estende pela História e influencia e determina possibilidades econômicas em períodos futuros – como na afirmação de que o quadro do *complexo nordestino* ao século XVII, representado na economia criatória e suas relações de subsistência, se estende até o século XX e influencia decisivamente, por exemplo, o processo de transição à indústria, no peso da barateza de sua mão de obra que migra para o sul e impede o salário médio de crescer conforme cresce a produtividade, sustentando um dos elementos da estrutura subdesenvolvida.

1.3.2 Economia Escravista Mineira – Século XVIII

A economia mineira é caracterizada por uma atividade de capital fixo reduzido, de alta rentabilidade, porém de incerteza quanto ao resultado da mineração, implicando na grande mobilidade da empresa. Devido ao modo de extração do ouro em fundo de rio, havia a possibilidade de baixa capitalização como de uma grande concentração de capital, e extraíam ouro desde faiscadores (a própria pessoa) até empreendimentos de poucos escravos e empreendimentos de mais de 100 escravos.

De toda forma, devido ao apelo da possibilidade de vultuosos lucros, concentrava-se todos os recursos disponíveis na atividade mineradora. A região mineira enfrentou períodos de dificuldade de abastecimento e mesmo fome generalizada, havendo apenas precárias produções de subsistência ao redor da região.

Essa circunstância levou a que ao haver se constituído em centro dinâmico da economia colonial, a procura gerada em seu amplo mercado transformou a região Rio Grandense, assim como seu florescente mercado fez deslocar a economia criatória nordestina. À economia pecuária no sul os preços do gado persistiam extremamente baixos a um longo período, e a inflexão com a procura mineira deu nova rentabilidade à atividade. Dado fundamental, a economia mineira integrou a região sul à economia colonial, e por meio de efeitos indiretos permitiu a articulação das diferentes regiões ao sul, na medida em que o gado transportado parava em São Paulo em feiras, para ser vendido a compradores de diversas regiões. Engendrou ali atividade regular que não a economia de subsistência e captura de índios, implicando razoável fluxo monetário à região.

Ao examinar a potencialidade da economia mineira, saltam aos olhos diversas questões. Por exemplo, seu mercado tem proporções superiores ao mercado dos melhores anos da

economia açucareira. Justamente pela renda média na economia mineira ser inferior àquela, infere-se nessa relação uma renda menos concentrada, uma maior proporção de população livre e uma procura mais variada, sugerindo mais intensa demanda de bens de consumo corrente. Ademais, entre fatores os quais a distância ao litoral e região montanhosa de difícil acesso, as importações representaram proporções menores do dispêndio local. Seguindo à infra-estrutura da região, o sistema de transporte era o dado fundamental para o crescimento da região. De ouro exportado a importações e abastecimento de alimentos, a região dependia fundamentalmente do transporte feito por muares, o que explica o vulto que ganha a pecuária do sul. Com efeito, considerados em conjunto a procura de gado para corte e muares para transporte, há aí um mercado de dimensão maior do que a da economia açucareira, um dado notável.

De toda forma, para Furtado, há nesse centro dinâmico e impulsos indiretos uma inquietação que está no centro de sua análise: a pergunta de como, tal o impulso dinâmico que guardava a atividade mineradora e mesmo com a concentração de recursos disponíveis a ela, uma região que acomodou uma população européia que decuplicou em curto período, inaugurando inclusive um novo ciclo de imigração à colônia – a pergunta de como, “(...) uma vez estabelecidos centros urbanos, não se tenham desenvolvido suficientemente atividades de manufaturas de grau inferior, as quais poderiam expandir-se na etapa subsequente de dificuldades de importação”. (Furtado, 1959, p. 126)

A resposta à pergunta já foi analisada em parte anterior deste trabalho, a partir do Tratado de Methuen, na destruição do começo de indústria em Portugal e na possível causa principal que foi a

(...) incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável. (...) Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização que a colônia não chegou a conhecer. (Furtado, 1959, p. 126)

Na análise de Furtado da economia mineira, mais importante que a identificação da integração e articulação que a mineração promove, é destacar que a História mostra que experiências de colônias que se industrializaram trazem elementos cruciais também presentes na economia mineradora do período. O fundamental para o autor é destacar o fato de que não houve

um desenvolvimento endógeno, com base no próprio mercado da região mineira. Não se seguiu aos impulsos gerados um processo de autopropulsão de desenvolvimento, embora a mineração tenha inaugurado um novo ciclo de desenvolvimento para regiões antes isoladas e envolvidas pela subsistência.

Não deixa de ser marcante a comparação que faz Furtado e a perspectiva aberta pelas possíveis sugestões dos diferentes casos. Ao apogeu na década de 1750-60 sucedeu um rápido declínio da exportação de ouro já no terceiro quartel do século, acompanhado por uma guinada à economia de subsistência na região mineira, marcada por completa desagregação e involução econômica, atrofiamento da economia monetária, sem deixar nenhuma forma permanente de atividade econômica na região.

Enquanto isso, na esteira das relações de Portugal, Brasil e Inglaterra marcadas pela prosperidade do ouro e Tratado de Methuen, ao ganhar a abertura de um amplo mercado externo para suas manufaturas, a Inglaterra estimulava o emprego de seu trabalho local. Com isso adicionava mais uma engrenagem à acumulação de capital e aumento de emprego; na mesma corrente, acompanhando o salto colossal de produtividade advindo da Revolução Industrial, os Estados Unidos já exportavam uma razoável diversidade de manufaturas, tinham na exportação da Indústria Naval um saldo para financiar anos de importações e tinham o grande impulso dinâmico de sua economia na exportação do algodão, que alavancava a inversão industrial.

O Brasil restava sem impulso dinâmico de autopropulsão, no que o trabalho escravo era a pedra de toque para a coesão da estrutura econômica, não permitindo, como aponta Furtado, gerar tensões sociais como o desmantelamento da produção aurífera gerou na Austrália, no que o recrudescimento da população e dificuldade de absorção do grande contingente de mão de obra excedente criaram a consciência da necessidade de industrialização na região.

Por fim, conclui:

“Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução econômica tão rápida e completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia.” (Furtado, 1959, p.134)

1.3.3 Economia de Transição para o Trabalho Assalariado, ou conclusão da análise sobre a formação da estrutura subdesenvolvida brasileira – Século XIX

Nas análises anteriores do processo histórico e da parte referente à economia mineira, explicitou-se o rápido declínio e desagregação da economia mineira, seguida de involução e desarticulação dos sistemas econômicos ao sul, pelo estancamento das exportações e característica dominante de estagnação por toda primeira metade do século XIX.

Entre a decadência da economia mineira e meados do século XIX, há a breve prosperidade no Maranhão pela exportação de algodão como a sobrevida às exportações de açúcar, ambas no contexto da desorganização do mercado mundial de produtos primários, aquela pelos efeitos da Independência Americana e pela capitalização portuguesa financiando implantação de escala razoável de mão-de-obra escrava, esta preenchendo o espaço deixado pelo colapso da produção no Haiti em 1789.

Contrastando com a média anual do valor de exportação que não excede os 3 milhões no último quartel do século XVIII, a anomalia dos preços internacionais, especialmente na década de 1790, permitiu o incremento das exportações, alcançando-se £ 4 milhões em um ano favorável do período.

Mas apenas por um período breve. Reorganizado o mercado mundial, ao longo da primeira metade do século XIX cai persistentemente o preço do açúcar, mais ainda o do algodão. Aumenta a oferta mundial do açúcar, entre produção de açúcar de beterraba e a consolidação da Cuba como principal provedor do mercado norte-americano. E os Estados Unidos, que haviam estado na vanguarda do algodão demandado pela Revolução Industrial, dominam finalmente o mercado, com baixa de preços que diminui a rentabilidade da empresa brasileira.

Estendendo o quadro aos dados agregados, à queda persistente dos principais preços de exportação, ao longo da primeira metade os termos de troca caem 40%, no que é exigido um aumento do esforço produtivo para suprir a queda da rentabilidade - como se comprova no aumento de quase 100% do volume físico de exportações.

O fim do século XVIII já havia registrado possivelmente, segundo estimativa de Furtado, o mais baixo valor da renda per capita de todo o período colonial, de 50 dólares ao valor corrente (à época da redação de *Formação*), no que à metade do século XIX tem-se uma renda per capita de 43 dólares. Embora Furtado use as estimativas com reserva, devido à não integração de parte expressiva do produto à economia monetária, mais do que uma sugestão, estes são dados incontornáveis da prostração econômica seguida à involução da mineração, que culmina no

declínio a longo prazo do nível de renda.

Num contexto entrelaçado pela euforia e otimismo generalizado resultante da transferência do Governo Metropolitano e Abertura dos Portos em 1808, pode-se dizer que o quadro da renda está no fundo da análise que Furtado empreende para o período, no seu chão mesmo. Apoiado nas suas constatações, contorna a falsa euforia e liga as características da renda à condição econômica do período, reflexa do passivo colonial herdado de Portugal junto à Inglaterra, que consolida os privilégios já referendados em 1810.

Furtado liga a cadeia de eventos que vai da fixação em valor relativamente baixo da taxa alfandegária para produtos ingleses, e posterior uniformização, à concomitante pressão na Balança de Pagamentos que as condições favoráveis após Independência ocasionam, ao financiamento do déficit do governo central via emissão de papel moeda, seu efeito na desvalorização da moeda local, aumento do preço relativo de importação, pressão concentrada nos centros urbanos e população livre, e a pressão de empobrecimento que os acometia.

Estendendo o quadro, Furtado retorna à decadência em que vivia a atividade econômica, destacando por fim o aumento da importância relativa da atividade de subsistência, na medida em que cai a importância das exportações na composição do produto, e assim coaduna o efeito da expansão da subsistência ao efeito da redução da renda per capita, terminando por diminuir a importância do setor monetário na economia.

Dessa forma, completa-se o quadro de estagnação, e o terreno que propicia a ascensão do café a principal produto exportador. Após valorizações em meio às turbulências políticas européias, nos anos 1830 é o protagonista em valor nas exportações, no que é aproveitada a subutilização dos recursos da desagregada economia mineira, e a expansão de sua produção é notável ao ponto de que retirada sua participação das exportações brasileiras ao meio do século, tem-se um valor total em 1850 menor do que o observado à 1800. Isto é, o aumento das exportações ao longo da primeira metade do século é *todo* ele responsável por um produto cuja primeira expansão se dá no próprio período, tal era a deficiência que apresentavam as estruturas produtivas legadas da economia colonial.

A partir do quadro que se descortina, às afirmações de que não havia ocorrido industrialização no Brasil devido 1) à proibição da produção de manufaturas ao século XVIII (analisada anteriormente, no bojo do Acordo de Methuen, de 1703, e do fluxo de uma das maiores rentabilidades da época à Portugal, por meio do ouro brasileiro), e 2) à não adoção de políticas protecionistas à indústria manufatureira, não seguindo o exemplo dos Estados Unidos,

ao início do século XIX – a essas afirmações Furtado reúne os principais elementos dos sistemas econômicos brasileiros, e suas relações internas e as inserções externas a que estão sujeitos, e se vale habilmente do confronto com o desenvolvimento dos Estados Unidos, realçando como a História funda permanências tão distintas num e noutra lugar.

Antes de apresentar os dados comparados e seus destaques, é preciso dizer que à dificuldade do êxito nas colônias do Norte em organizar sob trabalho compulsório empresas agrícolas de larga escala, gerou-se uma organização econômica, social e política distinta na América. A partir do fomento à produção manufatureira para a substituição de bens importados pela Inglaterra (não concorrentes a ela), gerou-se um processo de atividade industrial, de consumo de insumos produzidos localmente, que resultou num desenvolvimento industrial não diferente do que poderia alcançar uma política formulada pelas próprias colônias.

Somado a condições que vão desde a organização social entre pequenas propriedades e grandes comerciantes, desde o impulso que recebeu a atividade econômica ao século XVII no suprimento ao mercado antilhano, e desde a comunhão dos interesses locais em atrito à intervenção inglesa na crescente concorrência manufatureira com a economia metropolitana – o resultado é a estruturação de uma “(...) economia similar à da Europa Contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno.” (Furtado, 1959, p. 58)

Furtado usa a economia política da CEPAL para identificar a trajetória de desenvolvimento dos Estados Unidos como um capítulo integrante da economia européia, ao que a formação do país alcança em curto tempo as características presentes no grupo das economias centrais.

Desta forma, à pergunta que faz Furtado, “por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações européias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida?”, na amplitude das condições explicitadas até aqui, as seguintes estatísticas saltam aos olhos: 1) no Brasil, o valor total das exportações vai de £ 5 milhões em 1760 para 4 milhões num ano favorável ao fim do século XVIII, e no mesmo fim de século o Maranhão alcança a cifra recorde de £ 1 milhão, com a produção de algodão; 2) na Inglaterra, o consumo anual de algodão pelas fábricas inglesas entre 1780 e 1850 salta de 2 mil toneladas para 250 mil toneladas; 2) nos Estados Unidos, a média anual de consumo de algodão vai de 32,5 milhões de libras-peso em 1804-14 para 239 milhões

em 1844-54, e entre 1790-1810 a frota mercante americana cresceu de 202 mil para 1,425 milhão de toneladas, toda a frota construída localmente. (Furtado, 1959, p.151)

Independente da familiaridade ou não com as medidas, o aumento em si que os dados apontam indica a dimensão colossal da expansão de valor gerada a partir da Revolução Industrial, e a inflexão a um novo patamar de nível de renda e de acumulação de capital. Não é por menos que estando na vanguarda do suprimento de algodão à Inglaterra, os Estados Unidos têm na exportação deste produto o centro dinâmico à autopropulsão de seu desenvolvimento, ao longo da primeira metade do século XIX.

Com efeito, entre os dados e comparações empreendidas, o objetivo da análise de Furtado parece ser descortinar que à geração de um salto colossal de valor, os valores colossais são absorvidos pelas economias dos países envolvidos nessa expansão, e que portanto no processo há a produção de renda, há geração de emprego local, aumentando consumo, aumentando acumulação de capital, gerando investimentos, levando à transformação na estrutura produtiva; mais, como esses países não tem divisão fundamental entre atividades destinadas à exportação e outras ao mercado interno, como não dependem da procura externa para absorção de seus produtos, como tem impulso dinâmico interno e autopropulsão a seu desenvolvimento – tudo isso é absorvido e acumulado numa engrenagem em expansão dentro dessas economias, enquanto o Brasil passa por $\frac{3}{4}$ de século de estagnação, de estancamento de exportações ao longo da primeira metade do século XIX, e não participa das linhas em expansão do comércio internacional, e é atado por um passivo colonial que se estende à crise financeira do governo central, à queda dos termos de troca, ao empobrecimento que marca as primeiras décadas independentes.

Este é o quadro estrutural que guarda um e outro tipo de economia, a partir da visão em perspectiva, que Furtado encampa para destacar a formação da estrutura subdesenvolvida brasileira. Por causa então não de uma imposição abstrata, mas pela permanência de elementos formados numa organização arcaica e pela não liquidação de sua herança, é que a transição para a indústria, a expansão interna a partir do café não acontece no vácuo ou numa condição nova na História brasileira.

Embora os termos do problema econômico mudam basicamente, não se pode perder de vista que os problemas estruturais, que se estendem desde efeitos pontuais, como por exemplo a compressão de salários devido à migração ao sul da barata mão de obra nordestina, a efeitos agregados, como por exemplo no uso do câmbio resultando em socialização dos prejuízos para

que se mantenha o nível de emprego na economia cafeeira – não se pode perder de vista que os problemas estruturais acomodam a atividade econômica e condicionam o desenvolvimento econômico possível.

Dessa forma, Furtado destaca os fenômenos econômicos da primeira metade do século XX como ligados ao acúmulo de história desde o período colonial, destaca o caráter estrutural da história e enfatiza que a atividade econômica do século XX ocorre alheia à estrutura formada ao longo do período colonial, indicando que as transformações e inflexões mais se justapõem e sobrepõem do que superam a estrutura subdesenvolvida.

1.4 MODELO DE FORMAÇÃO DE RENDA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Ao longo das partes anteriores, foram passados em revista os elementos que compõem o modelo de Furtado. Após tangenciá-los, condensamos aqui o conjunto que formam e suas características, e apresentamos um quadro cronológico a partir das análises e dados estatísticos estimados pelo autor. Tentamos articular e sugerir as relações que seu modelo propõe.

Como se viu até aqui, a atenção de Furtado está voltada para o dado agregado da realidade e a seus movimentos ao longo dos períodos históricos de formação da estrutura subdesenvolvida brasileira. Em cima deste quadro é proposto o circuito da formação de renda e acumulação de capital na economia, a partir da atividade econômica predominante de cada região; como os períodos históricos tratados têm uma natureza cíclica, são analisados os fluxos de renda durante a ascensão e auge de cada ciclo, assim como na queda e retração.

Desta forma, o modelo de Furtado é construído pelas características do nível de renda, pelas circunstâncias históricas locais e externas que condicionam tanto o fluxo de renda como a acumulação; seu objetivo é demonstrar os usos da acumulação realizados e compará-los a outras possibilidades, realçando a influência dos determinantes estruturais no tipo de desenvolvimento econômico de um país.

Ao tratar do fluxo de renda, não chega a analisar os fluxos que se desviam e formam pontos menores de acumulação pelo caminho, nem as possíveis formas em que essas acumulações se desenvolveram. A atenção a questões pontuais não ultrapassa a visão em conjunto da atividade econômica, apenas sugere a particularidade de contextos menores a partir do movimento geral.

Como trabalho pioneiro, está preocupado em inaugurar uma metodologia estrutural que

dê conta da trajetória histórica do Brasil como país subdesenvolvido. Por isso a preponderância do macro ao micro, a que a análise do capítulo seguinte vai estender o debate.

	1550- 1650 Economia Açucareira	1650-1700 Contração Econômica	1700-1775 Economia Mineira	1775-1800 Anomalia de Preços	1775-1850 Decadência e Estagnação
Renda	- Renda per capita, 350 dólares - 90% renda gerada concentrada nos proprietários engenho	- Retração do setor monetário - Pecuária nordeste: < 5% da renda da economia açucareira	- Renda mineira, ano favorável: £ 3,6 milhões		- 1800: renda per capita, 50 - 1850: renda per capita, 43
Exportação	- Açúcar exportado, ano favorável, £ 2,5 milhões - 1639: exportação açúcar pelo Brasil holandeses (Pernambuco) £ 1,2 milhão	- Queda do açúcar à metade do preço	- Apogeu ouro, média 1750-60: £ 2 milhões - Máximo no período, 1760: £ 2,5 milhões - Exportações totais, 1760: £ 5 milhões	- Média do período: £ 3 milhões - Ano favorável: £ 4 milhões - Algodão, ano favorável: £ 1 milhão	- 1821-30: £ 3,9 milhões - 1841-50: £ 5,47 milhões - Queda de 40% do Termo de Troca - Estancamento das exportações
Circunstância Histórica	* Etapa comercial do açúcar pelos holandeses * Ocupação do território	* Indústria açucareira nas Antilhas	* Tratado de Methuen * Fluxo de ouro à Metrópole	* Desorganização do mercado de produtos tropicais	* Queda persistente preço açúcar e algodão * Passivo colonial
Economia Brasileira	* Êxito de grande empresa agrícola no século XVI * Auge do rentabilidade açúcar no Brasil * Parte substancial da renda do açúcar de propriedade de não-residentes, holandeses	* Queda rentabilidade da colônia * Contração econômica * Expansão territorial pela pecuária de subsistência	* Integração da região sul à economia colonial * Auge e declínio do ouro no Brasil * Ausência de atividade econômica permanente	* Prosperidade apenas no Maranhão * Breve aumento de valor exportado * Falsa euforia	* Declínio a longo prazo do nível de renda * Estagnação econômica * Crise Financeira * Instabilidade política * Ascensão café

2. Arcaísmo Como Projeto, virtude histórica e fragilidade estrutural

2.1 INTRODUÇÃO

Arcaísmo como projeto, trabalho conjunto de Fragoso e Florentino, publicado pela primeira vez em 1993, é resultado de *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790/1830*, do primeiro, e *Em costas negras: uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*, do segundo.

A obra se inscreve em produção historiográfica das últimas décadas voltada a uma revisão de consensos do pensamento histórico brasileiro sobre o período colonial, concentrados na atividade exportadora baseada no latifúndio como síntese da economia e das formas de vida social na colônia mercantilista.

Baseado em ampla pesquisa documental, de inventários de testamentos, a registros de atividade portuária e escrituras de compra e venda registrada em tabelionatos, 1) os dados permitem um mapeamento da atividade econômica da praça do Rio de Janeiro no período de 1790-1840. Ao lado do mapeamento, 2) há uma extensa contextualização do tráfico atlântico de escravos, e por fim um 3) tratamento à Portugal a partir de uma historiografia recente, apontando caráter arcaico do Estado português, chamando atenção à insuficiência tanto econômica quanto social para a sua sustentação interna nos séculos XV-XVI.

Apoiado nesse tripé, os autores vão propor uma nova problemática aos modelos explicativos da economia colonial brasileira. A partir da preponderância do eixo Atlântico para a constituição da economia e sociedade colonial, o *arcaísmo* do projeto de Estado português gera lacunas ao controle do excedente gerado internamente, no que a estrutura das ofertas de alimentos, terra e mão de obra possibilita a manutenção de uma *hierarquia excludente local*, configurando o terreno no qual o capital mercantil forma uma *acumulação excludente*, que reiterada no tempo resultará na sua *preeminência* socioeconômica, determinando assim os contornos da economia e sociedade coloniais a partir da ligação deste grupo ao *mercado interno* como ao *mercado atlântico*.

A visão desenvolvida aqui será de que 1) os autores optaram por um isolamento à historiografia dita tradicional a partir de construção estrutural que não compete com o contexto histórico apresentado nos documentos utilizados, 2) que a proposta não escapa às problemáticas dos autores ditos tradicionais (a que separam Prado Jr, Furtado, Novais e Arruda em

interpretações do “Antigo Sistema Colonial”, e de outro lado Cardoso, Gorender e Mello em interpretações do “Modo de produção escravista colonial”), mas sim adiciona uma complexidade nova ao debate, 3) e que em função de seu objetivo enviesam tanto o entendimento do processo histórico brasileiro como do processo histórico global do qual a colônia faz parte.

2.2 SÍNTESE DA PROPOSTA

Fragoso e Florentino abordam a economia colonial enquanto estratégia de um projeto específico da metrópole portuguesa. Com uma divisão demográfica pouco usual mesmo para o Antigo Regime, de relativamente pequena margem de população camponesa, somada a uma baixa renda fundiária e a uma nobreza perdulária cujo sustento estava atrelado à Coroa, resulta-se insuficiente a produção de alimentos como o sustento à nobreza; logo, em contingências ao Estado em consolidação.

Segundo os autores, este é o ponto de partida para o projeto ultramarino português, diferente de um desenvolvimento mercantilista cuja expansão leva ao impedimento do poder aristocrático. Pelo contrário, seria um projeto social “arcaizante”, cujo objetivo era preservar o Antigo Regime em Portugal, a sustentar a nobreza por meio de um tradicional sistema de mercês, a saber, serviços feitos à Coroa em troca de propriedades e cargos na ampla rede de funções do reino.

Resultado deste projeto, as relações e práticas sociais na colônia seriam reflexo da hierarquia desigual e excludente da metrópole, assim como a economia em torno do Pacto Colonial teria o particular de não possibilitar a consolidação de um capital mercantil ligado à burguesia, cujo papel é cumprido pela figura do fidalgo-mercador. Explicaria-se assim, apontam os autores, o rumo histórico oposto ao destino manifesto europeu, no caso particular português em que o poder aristocrático se dá em harmonia com a acumulação mercantil obtida pelo exclusivo metropolitano.

A partir desses imperativos, abriria-se espaço para a acumulação mercantil interna, uma vez que o objetivo metropolitano estava concentrado apenas no resultado final do excedente colonial.

A este ponto de apoio, os autores acrescentam o papel do tráfico de escravos na

acumulação interna. Preexistindo à atividade colonial portuguesa, instituído o tráfico atlântico, de caráter doméstico a escravidão na África passa a ter caráter mercantil. A essa mudança, a escravidão passaria a desempenhar um papel estrutural duplo, por um lado a gerar diferenciação social para as tribos e etnias produtoras de escravos, e por outro a proporcionar uma contínua oferta de mão de obra a preços persistentemente baixos.

Considerando tal estrutura (um dos pontos altos da explicação para o vulto futuro dos negociantes cariocas), tem-se que o aprisionamento de um homem, ao ser obtido por meio da violência, gera um custo social que não é repostos. Dito de outra forma, sendo fundada na violência, a produção de escravos não gera custos monetários para criar a mercadoria “escravo”. A partir disso, toda a cadeia que se estende do aprisionamento na África ao desembarque no porto carioca será caracterizada por trocas *não-equivalentes*. Observando que no primeiro plano da cadeia se trocava, por exemplo, 1 homem adulto por 14 meias finas, a extensão da cadeia de trocas geraria um mecanismo de transmissão de lucro, conforme a mercadoria adquire vulto econômico.

Como resultado desse fatores, enquanto o escambo proporcionava o seguimento da diferenciação social na África, além de prover um “(...) atendimento permanente, maciço e a baixos custos(...)”, o tráfico atlântico de escravos permitia uma alavanca para a acumulação mercantil carioca. Entre o negócio do tráfico, a importação de escravos na praça carioca e a reexportação interna por cabotagem ou por tropeiros, abrem-se margens para revendas que remuneram mais que o dobro do valor pago, como mostram dados de reexportação de escravos do Rio de Janeiro a Santos e Rio Grande do Sul. (Fragoso & Florentino, 2001, p. 116 e 148)

Fragoso e Florentino, a partir da ligação do Brasil ao mercado atlântico do Império Português, vão apontar (embora, como veremos adiante, estendam o contexto específico -sobretudo o posterior à 1808- ao período colonial como um todo) o espaço ocupado pela acumulação interna na colônia como de natureza concentradora.

Na esteira do negócio do tráfico, mostram os autores, desenvolve-se uma gama de atividades mercantis, que concentram as maiores rentabilidades da economia colonial, segundo verificado pelos documentos levantados. De participações em companhia de seguros, compra e venda de navios, comércio com Portugal, com a Ásia, comércio de açúcar ao porto carioca – todos, apontam os autores, são controlados pelo *negociante de grosso trato*, a elite mercantil da

colônia.

Do controle das atividades de maior rentabilidade, verifica-se que há uma *diversificação* de seus ramos de atividade, assim como se detecta em cada ramo a concentração de parte expressiva do valor nas mãos das grandes fortunas cariocas (os autores elencam para esta matéria 15 famílias que concentram boa parte do volume de negócios na praça, assim como há o relato em outro momento dos 36 maiores cabedais do Rio de Janeiro ao início do século, de que trataremos mais adiante). De acordo com este contexto, os autores acabam por indicar a *natureza estrutural de monopólio* da acumulação mercantil na economia colonial.

Finalmente, para completar o quadro que possibilita a emergência e ascensão dos negociantes de grosso trato à elite colonial, os autores se apóiam no que entendem ser o caráter não-capitalista das formas de produção que realizam o abastecimento à praça carioca.

Combinando escravidão com diversos regimes de produção, isto é, de produção camponesa, a unidades produtivas de reduzido número de escravos e até centros de grande concentração escrava como Minas Gerais, os centros de abastecimento proporcionariam elasticidade à estrutura de oferta de alimentos - conformando ao mesmo tempo um mercado de escala grande o suficiente para o combinado de charque, farinha, trigo e aguardente alcançar valor superior ao do açúcar entre 1806-1822.

De toda forma, os autores atribuem relação fundamental à elasticidade da oferta de abastecimento, ao permitir à produção agroexportadora reproduzir-se a baixos custos monetários, reiterando-se no tempo com autonomia às flutuações dos preços do mercado externo, no que portanto permitiria a economia colonial a atravessar conjunturas de crises externas.

Assim, valendo-se da premissa de que as empresas agrícolas não demandavam altos investimentos iniciais, e garantida sua reiteração pela estrutura da oferta interna, tais empresas “(...) podiam ver-se expropriadas de grande parte de seu excedente pelo capital mercantil sem se arruinarem.” (Fragoso & Florentino, 2001, p. 202)

Até aqui foram destacados os pontos de apoio que formam o núcleo da interpretação de Fragoso e Florentino. Reunindo, portanto, os pontos de apoio, tem-se a proposta para a história colonial, mais ou menos explícita na formulação dos autores: à reiteração no tempo da economia não-capitalista tanto colonial quanto atlântica se perpetua a hierarquia social excludente,

mantendo a concentração de poder e coação sobre o escravo necessárias para a reprodução da economia colonial, assim como faz emergir as condições para a acumulação do setor mercantil, que ascende à hegemonia socioeconômica em função de acumulação excludente, apropriando-se do excedente rural ao mesmo tempo que não leva à ruína a produção rural, terminando por reiterar o sentido (estratégia) da expansão ultramarina portuguesa ao preservar a antiga ordem metropolitana, no que a preeminência dos negociantes de grosso trato completa a ocupação dos espaços de acumulação interna que o próprio projeto “arcaicizante” abre, e ainda leva o projeto adiante ao materializar o ideal aristocrático, quando após acumularem riquezas abandonam atividades mercantis e transformam-se em rentistas e senhores rurais, de forma a perpetuar a aristocracia imperial.

2.3 INTERPRETAÇÃO TEÓRICA

As conclusões de Fragoso e Florentino remetem a um eixo específico de concepção histórica, que denota uma certa noção marxista de capitalismo. De um lado, pressupõe-se que o crescimento do capital mercantil na Europa impede a manutenção da ordem aristocrática, como ilustraria o caso da Inglaterra, em que tal processo leva a um “(...) conjunto de transformações [que] levaria às revoluções do século XVII, culminando na redefinição do papel do próprio Estado, o qual, ao contrário de tentar preservar a velha ordem, buscava incrementar o novo.” (Fragoso & Florentino, 2001, p. 224)

De outro lado, tem-se que os valores não-capitalistas presentes em Portugal, responsáveis a que “(...) o atraso português, em pleno século XVIII, não se constituísse mero anacronismo, fruto de uma putativa incapacidade de acompanhar o destino manifesto europeu”, tem-se que uma vez transplantados os valores não-capitalistas ao Brasil, somados à inexistência de um passado aristocrático neste país, levam a “(...) um movimento radicalmente distinto do ocorrido na Europa, pois aqui o capital mercantil contribuía de forma decisiva para a formação de uma hierarquia rural cujo aristocrático topo era constituído por senhores e homens de terra.” (Fragoso & Florentino, 2001, p. 52 e 233)

Sobre esse eixo, os autores pontuam que além da esterilização a que acompanha o capital mercantil, o caso brasileiro é marcado pela “(...) constante incorporação não capitalista de fatores produtivos caracterizados por baixos custos, o que redundava na expropriação de excedentes, ensejando o aparecimento de uma sociedade profundamente diferenciada.” (Fragoso &

Florentino, 2001, p. 228)

Por fim, o uso da expressão “não capitalista” - que desempenha papel central na análise de Fragoso e Florentino, ao condicionar a acumulação e hierarquia excludentes- remetem à abordagem de Braudel sobre a distinção de níveis de capitalismo, a qual sugere que cada vez mais se refere ao termo “capitalismo” para distinguir níveis superiores, como grandes empresas: “Isso nos obriga a rever nossos pontos de vista sobre um 'sistema' que seria capitalista de alto a baixo da sociedade. Há, pelo contrário, uma dialética viva do capitalismo em contradição com o que, abaixo dele, não é o verdadeiro capitalismo” (Braudel, 1996, p.589 *APUD* Mariutti; Noguero!; Neto, 2001, p. 374)

Entendemos que essa apreensão sintetiza a linha mestra da análise de Fragoso e Florentino, relacionando o caráter particular de acumulação, de hierarquia social e de trajetória arcaica, para apresentar a economia colonial tardia (como a economia metropolitana) como uma *categoria histórica que não é o verdadeiro capitalismo*, isto é, como não-capitalista.

2.4 ROMPIMENTO COM A HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL

Como apontado até aqui, a esfera da circulação na economia colonial detém o papel central na análise de Fragoso e Florentino. Dadas as condições elásticas da produção para abastecimento interno, assim como as condições estruturais do tráfico transatlântico e a peculiaridade do projeto ultramarino português, segundo os autores, emergem circuitos internos de acumulação.

A partir desta base, realizam um ataque frontal aos modelos explicativos da economia colonial da historiografia dita dominante. Sobretudo ao grupo do “Antigo Sistema Colonial” (apontado na introdução), Fragoso e Florentino refutam em bloco o que, segundo eles, é a determinação da colônia enquanto realização externa, a partir do sistema colonial da qual faz parte. A escola fundada pelo “sentido da colonização” de Caio Prado Jr., voltada para a dominância do capital mercantil metropolitano, para o reconhecimento de um comércio interno reduzido a formas de abastecimento dos grandes centros, para uma sociedade que realiza suas demandas externamente, e que gera acumulação apropriada pela metrópole por meio do Pacto Colonial e exclusivo metropolitano, esta escola estaria de mãos atadas ao reconhecimento de uma lógica interna própria à colônia.

Do outro lado, o grupo, fundado por Cardoso, focado no modo de produção escravista

colonial, embora parta da premissa de uma lógica interna própria à colônia, e que em Gorender chegaria mesmo a propor a possibilidade de acumulação interna pela atividade agrícola como pelo comércio, este grupo não escapa do dado de dependência da colônia enquanto geradora de excedente a ser apropriado pela metrópole.

Assim, estariam dados os limites à compreensão da economia colonial na reduzida importância do mercado interno e estreita dependência à metrópole, o que não permite apreender a questão fundamental que se abriria desse dado, de que “(...) a dependência passava a redefinir-se enquanto espaço para a acumulação interna.” (Fragoso & Florentino, 2001, p.199)

Para tanto, complementando o argumento mencionado em seção anterior - de que a economia colonial tinha autonomia aos preços internacionais devido à elasticidade da oferta de terra, alimentos e mão de obra -, a autonomia às flutuações internacionais, segundo os autores, se dá numa fase de baixa conjuntural, o que demonstraria o potencial do mercado interno.

O período analisado, de 1792-1850 é abordado num ciclo de Kondratieff, cuja fase positiva localiza-se entre 1792-1815 e a negativa entre 1815-1850 (esta demonstração está realizada em Fragoso e Florentino, mas sobretudo em Fragoso (1992)). Logo, sugerem os autores, embora Furtado tenha fixado a relação de que a colônia não era dotada de dinâmica própria, que a cada mudança de fase de prosperidade (A) à fase de baixa internacional (B) se seguiria retração da atividade produtiva e direcionamento da mão de obra escrava à atividades complementares, devido à não percepção do circuito de acumulação interna a compreensão da dinâmica colonial pelo próprio torna-se rasa.

Somado aos outros pontos de apoio destacados até aqui, a autonomia seria mais um traço a basear a conclusão de Fragoso e Florentino, da preponderância da orientação comercial da colônia, refletida “(...) no fato de que o valor médio das operações comerciais excedia os montantes alcançados pelas transações de propriedades rurais registradas nos tabelionatos”. Por fim, os documentos utilizados teriam o papel de demonstrar estatisticamente a relevância da interpretação dos autores, para então enfatizar “(...) a natureza endógena da formação do capital, colocando, assim, a relação colonial como um fator bem menos crucial para a formação social do Brasil do que até então se costumava pensar.” (Schwartz, 1999, p. 130)

2.5 CRÍTICAS

2.5.1 Problemas de periodização, interpretação da historiografia, ritmo autônomo e afirmações para todo período colonial

Mariutti, Noguéról e Neto (2001) revêem e questionam alguns dos postulados que sustentam a base das conclusões de Fragoso e Florentino (2001). Para tanto, tratam em bloco as análises presentes tanto ali quanto em Fragoso (1992), devido à extensão dos argumentos deste ao trabalho conjunto com Florentino.

Um dos principais pontos a condicionar a acumulação interna, a autonomia às flutuações internacionais estaria seriamente comprometida devido à consideração de tais preços a taxas constantes, representadas pelo movimento de queda constante para o período analisado. Mariutti, Noguéról e Neto apontam que, com base na mesma fonte de dados utilizada por Fragoso, verifica-se que o ciclo de Kondratieff proposto pelo autor na verdade compreende variações entre as fases de 1792-1815 e 1815-1850. Para o açúcar, tanto na fase A como na fase B há períodos de aumento de preço do produto, revelando antes um caráter intermitente. Ainda, a média de preços para a fase A é inferior à média de preços a fase B, ao que a análise de variância empreendida pelos autores demonstra que a hipótese de igualdade das médias é relevante. Somado a isso, apontam que a intermitência da cotação do produto não produz um efeito desfavorável à expectativa dos produtores açucareiros.

Pelo contrário, o caráter inconstante do preço do açúcar representaria o risco indissociável à empresa. Desta forma, considerando ainda que a expectativa dos produtores não seria representada por um cenário de queda constante da rentabilidade, assim como a trajetória entre os dois períodos seria de salto favorável entre a média de preços do primeiro ao segundo período, tem-se então um cenário não de retração, mas sim favorável à expansão da atividade agroexportadora. O que leva à conclusão de que a produção colonial do período analisado não se dá na contramão da flutuação internacional, logo, é um erro apontar para a autonomia do ritmo de acumulação frente à conjuntura internacional.

Isso posto, Mariutti, Noguéról e Neto reconhecem, todavia, que todavia há indícios de que estava em andamento um processo de introversão do ritmo de acumulação na colônia, demonstrada por uma matriz de correlação para preços do açúcar entre 1796 e 1811 para Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e cotação Internacional.

Entretanto, ressaltam o momento atípico do período no qual os dados estão inseridos, logo, o próprio período definido para as análises de Fragoso e Florentino, de 1790-1840:

De fato, como dissemos, era o ocaso do exclusivo metropolitano, o que põe em dúvida, mesmo que Frago e Florentino tivessem feito análises corretas sobre os dados numéricos de que dispunham, a extensão do que disseram para todo o período de existência da América Portuguesa. (Mariutti;Nogueról, Neto, 2001, p. 382)

Apontam que a abertura dos portos em 1808, assim como a diferença entre as médias das quantidades de escravos que entraram pelo porto do Rio, denotam um contexto contrário à introversão dos ritmos [ver Anexo 1], sugerindo ainda a redução da renda enviada a não residentes como parte importante para a explicação da mudança da acumulação externa a interna. Logo, por não contextualizar econômica e politicamente o período analisado, assim como por atribuir médias anuais constantes a variáveis que não se comportam dessa maneira, concluem que “(...) a extensão das conclusões a que chegaram para todo o período colonial é um erro.” (Mariutti; Nogueról; Neto, 2001, p. 383)

De outro lado, os autores questionam a interpretação de Frago, reiterada em Frago e Florentino, das atividades econômicas do Sul-Sudeste enquanto voltadas sobretudo ao abastecimento do Rio de Janeiro. Destacam, por um lado, que o enfoque que dão os autores a Minas Gerais não compete com a problematização que o debate da matéria apresenta. Embora concentrando o maior contingente de escravos na virada do século XVIII ao XIX, seu contexto não seria o da preeminência à produção de alimentos em diferentes escalas, como está sugerido que a alta concentração de escravos indique o vulto representado pela atividade. Pelo contrário, a historiografia sobre o tema registra um questionamento a este enfoque, demonstrando que a economia se dividia entre produção de alimentos e mineração de diamantes e sua exportação.

Por outro lado, os autores destacam contrariedades ao enfoque de Frago e Florentino que sustenta, para o mesmo período, a capitania de São Paulo assentada principalmente na produção de subsistência voltada ao mercado interno. Novamente, desta vez com base em historiografia não exatamente recente, apontam os autores que depois de 1789, “em um quarto de século a grande lavoura açucareira veio a dominar completamente a economia da área, e se tornou o motor da economia paulista”, no que é demonstrada ainda a importância desta produção ao mercado carioca, que a 1807 recebeu 2/3 da exportação paulista, sendo o restante exportado à Portugal. (Canabrava, 1976, p. 16 *APUD* Mariutti; Nogueról; Neto, 2001, p. 386) (Petroni, 1968, p.172-3 *APUD* Mariutti; Nogueról; Neto, 2001, p. 386)

Feito isso, mais do que assinalar uma relação diferente entre as relações das economias Sul-Sudeste definidas por Fragoso e Florentino, os autores apontam para o caráter atípico do período, não sendo possível interpretar o comércio do açúcar entre o porto de Santos e Rio de Janeiro de outra forma.

Na esteira dessa questão, ao abordar especificidade do período, contemplada ainda pela transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro (1808) e Independência (1822), demonstram que Fragoso e Florentino justificam a representatividade do período com base nas principais historiografia brasileira. Esta afirmaria que grande parte dos elementos da economia colonial persistira ainda por décadas, ultrapassando o período analisado (1840). A partir disso, Fragoso e Florentino marcam um distanciamento profundo em relação à abordagem desta historiografia, apontando que não percebe a autonomia da economia açucareira (como da economia cafeeira) frente as flutuações internacionais, o que completaria o quadro em que predomina o mercado interno e a elite mercantil como dado fundamental da economia colonial. Com isso, Fragoso e Florentino sugerem, implicitamente, a demolição das interpretações tradicionais sobre o período.

Mariutti, Nogueról e Neto criticam veementemente esta análise. Em primeiro lugar, argumentam que ao invés de ainda detectar no século XIX os principais elementos da economia colonial como o fundamento da dependência da colônia à economia internacional, os autores da historiografia tradicional, todos eles, abordam o tema por meio das transformações por que passa a economia colonial no período.

Entre a interpretação de Novais compreendendo o período 1777-1808 enquanto o ocaso do sistema colonial, em que paulatinamente o exclusivo metropolitano se deteriora para finalmente acabar em 1808, chegando ao fim o Antigo Sistema Colonial com a Abertura dos Portos; seguida à percepção de Prado Jr. sobre a nova forma de dependência que marca o século XIX, como sobre a transformação ocorrida na produção para o mercado interno e também a complexa interação entre ruptura e continuidade que marca o movimento da história – Mariutti, Nogueról e Neto apontam para a deformação da interpretação original desta historiografia imposta por Fragoso e Florentino, e seu papel de sustentar a refutação das diversas interpretações empreendidas por esta historiografia.

Desta forma, concluem que além do grave equívoco de generalizar os resultados da análise da praça praça mercantil fluminense para o restante do território, além de deformar o pensamento original dos autores que pretendem criticar, além do mais grave ainda que é basear

tal crítica em dados equivocados de taxas anuais constantes para propor os ritmos autônomos em relação à economia européia entre 1790-1840, não é consistente a linha divisória que marcam com relação aos autores com que dialogam.

Com isso, Mariutti, Noguéról e Neto, assinalam o que entendem por ponto alto da perspectiva de Frago e Florentino, a saber, “(...) a idéia de que a reprodução da economia colonial, mesmo sendo agroexportadora e escravista, ligada portanto ao mercado internacional, não se esgota nestes elementos estruturais, pois sua reprodução implica a reiteração de uma sociedade altamente hierarquizada (...)”, e nos remetem à declaração dos mesmo autores que, ao verificarem a presente vigência de uma perversa distribuição de renda e o acesso vedado da maior parte da população à riqueza produzida, se propõe a contribuir para o entendimento de tal “cruel persistência, buscando encontrar seus nexos nos mecanismos internos que, por mais de três séculos (isto é, perpassando as mais diversas conjunturas), propiciaram a contínua reprodução da economia colonial.” (Frago & Florentino, 1993, p.12 *APUD* Mariutti; Noguéról, Neto, 2001, p. 391)

Por fim, a partir de tais afirmações, implicitamente, nos remetem a que Frago e Florentino não escapam da problemática presente na historiografia clássica, a partir de Caio Prado Jr.:

(...) ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de histórica; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não apenas reminiscências anacrônicas. (Prado Jr, 1942, p. 11 *APUD* Mariutti; Noguéról, Neto, 2001, p. 391)

2.5.2 Problema da sobreposição do “pequeno Brasil” ao “Brasil maior” e questões da Historiografia internacional

A crítica ilustrada na seção anterior, quase tão longa quanto nossa síntese de *O arcaísmo...*, tem neste trabalho a função de um espelho, de forma a situar as afirmações de Frago e Florentino em companhia das inconsistências que apresentam, e assim esclarecer em que terreno se acomoda a abordagem dos autores, seus conceitos e seu modelo de explicação, para que não fiquemos presos no universo isolado descrito pelos mesmos e possamos assim situar o debate em que suas questões se inscrevem.

Em momento anterior, descrevemos a interpretação de Frago e Florentino do

crescimento do capital mercantil na Europa levando a realidade radicalmente distinta que leva o capital mercantil no Brasil, dado que naquele lugar a aristocracia se veria repelida por um Estado que incorporava o novo, enquanto neste país, por inexistir anteriormente uma aristocracia, o mesmo capital mercantil resultava a manutenção de uma hierarquia desigual e excludente, consolidando o Antigo Regime.

Schwartz aponta para esta concepção como “(...) uma idéia um tanto ultrapassada (...)” do surgimento da burguesia no restante da Europa Ocidental.

Como bem demonstram Lawrence Stone e Robert Brenner, o fato dos comerciantes ingleses do século XVIII há muito tentarem comprar sua aceitação no meio da nobreza territorial e de suas ações revelarem a inexistência de uma mentalidade capitalista não retardou ou enfraqueceu o crescimento do capitalismo na Inglaterra. (Schwartz, 1999, p. 132)

Mais, “(...) P.J. Cain & A.G. Hopkins argumentaram que um 'capitalismo aristocrático' era característico da Inglaterra setecentista e que uma aristocracia comercial progressista enraizou-se solidamente na vida inglesa dominada pela agricultura até meados do século XIX”. Por fim: “A França do século XVIII testemunhou um grande crescimento da nobreza à medida que a burguesia, em uma escala sem precedentes, se 'infiltrava' nos degraus superiores.” (Schwartz, 1999, p.132)

Confrontando a concepção desta historiografia à de Fragoso e Florentino, o autor aponta a ironia da comparação: “Se os comerciantes e seus negócios sobrepuseram-se à agricultura como setor dinâmico da economia brasileira e a base do sistema social, então, de acordo com esta nova historiografia, o Brasil era bastante diferente da Inglaterra e da França.” (Schwartz, 1999, p.133)

De outro lado, o autor situa a produção historiográfica do que chama de escola do “Pequeno Brasil”. Contemplando tanto o aspecto do comércio interno quanto os personagens nele envolvidos na abordagem de tal escola, Schwartz afirma que

grande parte das pesquisas sobre o comércio interno e os nele envolvidos – estudo sobre o chamado 'pequeno Brasil' –, imbuídas da tarefa de desviar o foco das grandes plantações, da escravidão e do setor de exportação, acabam criando uma falsa dicotomia e terminam por perder o significado da relação entre o setor escravista agroexportador e o desenvolvimento de um campesinato alijado da propriedade escrava (...). (Schwartz, 1999, p. 134)

Em seguida, define a dimensão e os contornos do problema em questão:

Não se trata de uma escolha entre isto ou aquilo, mas, ao contrário, de um processo de mudança e variação dentro da intensa relação entre os setores de exportação e de comércio interno da economia colonial e as dimensões humanas de tal mudança. Os trabalhos desta nova historiografia, apesar de concentrarem-se normalmente nos finais do século XVIII, projetam suas descobertas para períodos anteriores ou assumem que estão tratando de realidades estruturais e não históricas. Tanto *O arcaísmo como projeto* quanto *Arraia-miúda* deixam de prestar a devida atenção às especificidades do período descrito ou à forma com que foram responsáveis pela geração das situações descritas pelos autores. (Schwartz, 1999, p. 134)

Já havíamos ressaltado na seção crítica anterior o problema da especificidade do período tratado por Fragoso e Florentino e a ausência do seu destaque, porém aqui temos o problema redimensionado: para além das inconsistências das afirmações que sustentam alguns dos argumentos relevantes, tem-se que a proposta dos autores firma-se na ambigüidade de uma realidade histórica assumida como uma realidade estrutural, cujo resultado é a projeção das descobertas para períodos anteriores.

Como exemplo pontual disto, Schwartz chama atenção para o processo de auto-alimentação do crescimento econômico verificado no Rio de Janeiro (como na colônia como um todo) a partir de 1792, com a revolta em São Domingos e situação política européia possibilitando ressurreição das exportações brasileiras.

Deste fator, a cadeia ainda se estenderia ao conseqüente vertiginoso aumento do tráfico de escravos e a o suprimento de uma nova e elevada demanda por gêneros de subsistência provido internamente, a uma explosão demográfica geral, criando “(...) um conjunto peculiar de parâmetros econômicos refletidos em condições demográficas, econômicas e políticas além da interferência.” Por fim, o autor ainda problematiza a questão da acumulação mercantil ao apontar que Marquês de Pombal, “(...) o ativo primeiro ministro de Portugal entre os anos de 1750 e 1777, havia constituído uma poderosa classe de comerciantes portugueses e brasileiros de forma a quebrar a antiga dominação estrangeira ao comércio luso-brasileiro(...)”, e sugere que sendo “destinada a gerar uma 'poderosa classe nacional de comerciantes', esta política pode ter sido responsável também pela criação de uma base social adequada ao fortalecimento sóciopolítico dos comerciantes do Rio de Janeiro.” (Schwartz, 1999, p. 131)

Acrescentando a esta demonstração, gostaríamos de ressaltar que mesmo Fragoso e Florentino revelam que, sobre a elite mercantil carioca, “(...) embora constituíssem suas fortunas no Brasil, grande parte dessa elite era formada por imigrantes portugueses desembarcados na segunda metade do século XVIII.” (Fragoso & Florentino, 2001, p.232)

Com efeito, por este novo confronto da abordagem dos autores a uma crítica que traz a luz os contornos deixados de fora da problemática do período tratado, se faz ainda mais determinante a análise de Schwartz sobre a ausência de destaque dos padrões inerentes ao período e da afirmação implícita de características históricas pontuais como marcas estruturais da colônia em Fragoso e Florentino, problemas que nos autores servem de base para a “(...) predominância do capital mercantil e do mercado interno como realidades válidas para toda a história colonial(...)”, permitindo “(...) ler o passado a partir dos dados referentes a 1790, como se fossem representativos também de um período anterior.” (Schwartz, 1999, p.131)

2.6 CONCLUSÃO

Entendemos que a abordagem empreendida aqui não sugeriu a importância da contribuição de Fragoso e Florentino ao debate sobre a Formação do Brasil, seus determinantes e legados históricos, além da conseqüente polêmica com os modelos do “Antigo Sistema Colonial”. Porém, entendemos ser necessária a análise que redimensiona ou coloca em cheque a consistência de algumas das afirmações, como mostramos ser relevante. O propósito do confronto foi descortinar que o isolamento a que os autores se posicionam é frágil, inclusive infértil ao debate, uma vez que não se avança sobre uma longa discussão anterior - sólida e de maior importância ao entendimento do resultado histórico do país - mediante o rompimento e demolição da mesma, quanto mais pelo despropositado expediente de deformar pensamentos originais de forma a dar relevância especial a seus próprios argumentos.

De toda forma, entendemos que seu papel ao debate é preencher um espaço de certa forma vago, embora não inédito, que é o vulto da fortuna e atividade dos comerciantes na colônia, assumido no decorrer do século XVIII: especialmente tratado pelos autores como o principal determinante da economia colonial tardia, por outro lado, tratado pelas críticas aqui apresentadas enquanto parte do processo de transformação entre setor exportador e setor interno ao longo do período, em que a acumulação se faz gradativamente crescente conforme se deteriora o exclusivo metropolitano e enquanto parte de um período atípico de parâmetros

econômicos, políticos e demográficos especialmente favoráveis.

Como mostramos, a partir deste confronto fica evidente que Fragoso e Florentino incidem suas conclusões para todo o período colonial, como se as condições para a emergência da elite mercantil em período localizado no tempo fossem as condições fundamentais da colônia, a serem detonadas com a ascensão do capital mercantil à elite colonial. Esta relação representa a extensão da realidade histórica específica a realidade estrutural da colônia.

Entendemos que esse é um importante problema na construção teórica dos autores, já que, como apontou Schwartz, faz perder de vista que tanto mercado interno quanto setor agroexportador participam do processo de transformação por que passa a colônia, a que a abordagem dos autores leva a uma falsa dicotomia. Embora os próprios autores apresentem documentos sobre o vulto da crescente acumulação mercantil sobrepondo-se ao vulto da atividade agrícola, não deixam transparecer que o fato ocorre predominantemente a partir de 1808, o que sugere uma inflexão brutal da possibilidade de acumulação na praça mercantil do Rio de Janeiro, portanto, um fato histórico localizado que se sobrepõe a um já atípico período anterior. (Esta relação está indicada no anexo 1).

Em decorrência desse tipo de contradição e da sua recorrência em toda a extensão da obra, entendemos que a abordagem dos autores cria uma série de viéses. Não passa despercebido que embora se isolam do longo debate que os antecede, ao que muitas de suas afirmações e propostas são repetições ou reafirmações já presentes em outros autores. A elasticidade da oferta interna, por exemplo, já é largamente esclarecida por Furtado no seu conceito de *complexo nordestino*, assim como o próprio autor já compreende a baixa capitalização e os reduzidos gastos monetários permitindo a estrutura da produção agroexportadora se perpetuar no tempo, atravessando incólume períodos de decadência e retomando a prosperidade necessitando apenas de preços favoráveis.

Ainda em Furtado, o próprio arcaísmo da Metrópole não deixe de ser ressaltado pelo Tratado de Methuen, 1703, estabelecido junto à Inglaterra, que resultou na destruição da nascente produção manufatureira e seqüente posição de dependência agrícola inglesa, por influência de grupos produtores de vinhos em detrimento da atividade produtiva. Se esse dado não é suficiente, vale a pena ressaltar que a abordagem de determinação da História brasileira em função de um arcaísmo irresistível é apenas mais um dos entendimentos que oferece as ciências humanas brasileira; a originalidade de Sérgio Buarque, expressando o caráter patriarcalista da sociedade e Estado brasileiro assim como o efeito patrimonial resultante, apenas esse dado já

serviria de referência para a reflexão acerca da não constituição de instituições liberais e democráticas no Brasil.

Entendemos que ignorar a riqueza e importância destes pensamentos na verdade diminui a importância das conclusões de Fragoso e Florentino, sobretudo se nos atentarmos que ao buscar, implícita ou explicitamente, determinar a história por conta de tal arcaísmo irresistível, na verdade se aproximam das análises da “sociologia da formação brasileira”, que buscou dar respostas às questões do Brasil baseada em sociologia já ultrapassada na Europa, e cujos esforços foram devidamente superados pela força histórica e originalidade da geração de 30. (Mello, 2007, p. 190-191)

Para salientar, na introdução de *O arcaísmo...* os autores declaram que sem extrapolar os aspectos puramente econômicos não é possível compreender a problemática do Brasil, porém a força de seus argumentos vai depender de um cenário puramente econômico para que seus dados estatísticos da esfera da circulação e acumulação mercantil ganhe seu destaque.

Por fim, gostaríamos de realçar o viés que apresentam também no entendimento do processo histórico global do qual a colônia faz parte, ou melhor, o viés em duas ambigüidades fundamentais. A primeira nos mostra Schwartz, ao evidenciar a abordagem dos autores sobre o surgimento da burguesia na Europa na contramão de conhecida historiografia, com o capital mercantil no Brasil (e Portugal) alimentando uma estrutura de Antigo Regime enquanto na Europa se veria o mesmo capital acirrando e retirando do poder a aristocracia, no que a colônia estaria num movimento radicalmente distinto do europeu.

A segunda ambigüidade nos mostram Mariutti, Nogueról e Neto, ao apontar a que a noção de “não capitalismo” retirada à Braudel cria uma “(...) sobreposição de campos conceituais distintos que não é problematizada”, que entendemos estar representada na junção das formas não-capitalistas de produção aos limites do capital mercantil à transformação da sociedade, isto é, a base da explicação de Fragoso e Florentino para que a acumulação mercantil esterilize o excedente apropriado à agroexportação mas não arruíne esta produção devido à elasticidade da produção interna não-capitalista. (Mariutti; Nogueról; Neto, 2001, p.374)

Estas duas questões, na abordagem de Fragoso e Florentino, por um lado sustentam a afirmação da distinção brasileira e portuguesa à trajetória histórica europeia, e por outro sustentam a explicação do impedimento estrutural dos dois países para atingir formas econômicas verdadeiramente capitalistas.

Para além do questionamento quanto ao erro de interpretação histórica ou complicação

metodológica, entendemos que o fundamental neste passo é perceber que por meio deste eixo de interpretação historiográfica e teórica Fragoso e Florentino impõe à colônia (e em menor parte Portugal) uma *nova categoria histórica*. Isto é, entre o arcaísmo, o não-capitalismo e a hegemonia do capital mercantil, consciente ou inconscientemente, os autores revestem a problemática que apresentam em uma categoria histórica distinta, que explicaria as desigualdades e concentrações de renda na colônia e forneceria uma base para o entendimento da persistência deste quadro à época que escrevem (a primeira edição é de 1993).

Isso posto, gostaríamos de concluir indicando que é neste ponto que se concentra o fundamental de nossa crítica. Mais do que o efeito de sugerir, implicitamente, ao Brasil a impossibilidade de reversão histórica ao quadro que demonstram, propomos que os autores perdem de vista a semelhança do contexto colonial em relação ao contexto europeu (Schwartz), mas sobretudo perdem de vista a semelhança do contexto colonial em relação a contextos mercantilistas ou a contextos de estágio anterior da acumulação mercantil.

Ao encerrar a qualidade da economia brasileira como não-capitalista sem maior aprofundamento teórico, e portanto relegar que entre este estágio e o estágio capitalista há um vazio incompreensível, Fragoso e Florentino perdem de vista que mesmo na Europa o capitalismo tem uma longa trajetória de transformações, cujos desdobramentos sociais e políticos se dão à sombra da estrutura de poder de Antigo Regime, que nem mesmo no decurso da industrialização o capital deixa de utilizar privilégios para a acumulação e que o lucro por alienação foi por séculos o *leitmotif* da atividade econômica. (DOBB, 1971)

Conclusão

Neste trabalho, escolhemos confrontar *Formação Econômica do Brasil* a *Arcaísmo como Projeto* por entender que o primeiro funda um problema fundamental sobre o curso histórico do país. Independente de pontos e interpretação histórica que vieram a ser revistos, acreditamos que Furtado funda uma estrutura incontornável para entender o desenvolvimento brasileiro, ao confrontá-lo com a trajetória histórica dos Estados Unidos, e ficar destacado assim a disparidade entre um quadro de produção industrial de riqueza a um quadro de feitorização de riqueza, ora agrícola ora mineira.

Todavia, ao seguirmos a análise num e noutra capítulo, a abrangência e extensão do quadro interno que apresentam Frago e Florentino, e portanto a verificação contrária de quadros históricos apresentado por Furtado para o período 1790-1840, tende a levar à desconsideração das afirmações deste. Gostaríamos de examinar esta questão com maior cuidado.

Como afirmamos em capítulo anterior, entendemos que a preocupação em detectar as causas estruturais formadas na História do Brasil que complicaram o cumprimento da etapa industrial, entendemos que essa preocupação é mais do que o centro da análise de Furtado, é um motivo a dimensionar a compreensão histórica do passado para entender a situação presente. Para começar a esclarecer esta questão, vamos partir de uma base que aproxima os autores e mostra os contornos da abordagem de um e de outro, ao confrontar a noção de *desenvolvimento endógeno* em Furtado com a noção de *acumulação endógena* em Frago, cuja noção entendemos ser reproduzida em Frago e Florentino (vamos tratar abaixo as diferentes obras dos dois autores em bloco).

Furtado, ao reunir os elementos da economia mineira, de renda média inferior à açucareira, tendo maior distribuição de renda em torno de uma numerosa população livre, de demanda variada e contemplada em escala menor por importações e de uma população europeia que havia decuplicado em curto tempo, aponta a que esta região reunia condições para desenvolver atividades ao mercado interno como não se viu na economia açucareira. Todavia, aponta:

“Contudo, o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira foi praticamente nulo.” (Furtado, 1959, p. 126)

Esta passagem é fundamental para entendermos Furtado. Já advertimos que sua preocupação com a industrialização está centrada no circuito de formação de capital e nível de renda. Mas não é todo circuito que Furtado considera, e sim os circuitos ligados à *produção*: seu entendimento de atividade econômica é a atividade produtiva, para ele capital e renda são analisados enquanto as possibilidades que reúnem para a produção; por outro lado, a produção é abordada de modo a descortinar que os elementos presentes denotam uma estrutura que não comporta produção industrial, ou que explicam a distância brutal entre a esfera da produção e a esfera do consumo nos diversos períodos que atravessa a formação do Brasil. Isto é, enquanto uma abordagem que compreende que produtores concentram a acumulando de excedentes, e como poderiam reinvesti-los.

Desta forma, seu *mercado interno* é antes considerado de acordo com a ligação da produção ao consumo numa mesma região, de modo que o assalariamento, ao final do século XIX, vai permitir o fomento de um mercado interno de dimensões inéditas, e no processo teria-se finalmente, pela primeira vez na história, um *desenvolvimento de autopropulsão no Brasil*; isto é, teria-se impulsos dinâmicos que desenvolveriam a economia interna e levariam à transição para a indústria, para formas de capitalismo, embora destacadamente atrasadas em relação ao desenvolvimento industrial na Europa e Estados Unidos.

Por outro lado, em Frago e Florentino o mercado interno é considerado *per se*, como as transações que movimenta e acumulação que permite. Mariutti, Noguéról e Neto mostram o que os autores entendem por *acumulação endógena*: “movimento que diz respeito à reiteração, no tempo, das produções ligadas ao abastecimento interno. Esse movimento, por ser realizado em todas as suas etapas no espaço colonial, implicaria a retenção do seu excedente no interior da economia colonial.” (Frago, 1992, p. 27 APUD Mariutti; Noguéról; Neto, 2001, p. 371)

Como demonstram Frago e Florentino por uma vastidão de documentos, havia circuitos internos de acumulação, desconsiderados por Furtado, embora o próprio estime que em 1850 por volta de 84% da renda interna não era gerada na exportação, sem contudo desenvolver relações para o quadro interno. A partir disto, as grandes fortunas cariocas da elite mercantil e o drástico aumento de riqueza da praça mercantil pela inflexão em 1808, revêem veementemente a afirmação de estado de prostração econômica devido à estagnação da exportação, a que Furtado aponta.

Desta forma, somos levados à dicotomia que Schwartz apontou, e entender que dado o vulto que assume a riqueza interna ao Rio de Janeiro os negociantes de grosso trato sobrepõe-se

como agentes fundamentais na lógica colonial. Temos, portanto, um mercado interno diferente do imaginado por Furtado, em que a acumulação mercantil e a esfera da circulação são protagonistas, e, sobretudo, em que a distribuição desigual de riquezas e hierarquia desigual são os argumentos para o estado arcaico da economia brasileira, para uma classe mercantil que absorve e esteriliza o capital formado internamente.

Já assinalamos os pontos inconsistentes de Fragoso e Florentino, mas mesmo assim ainda não concluímos qual seria, então, a reformulação do debate gerada pelas suas críticas. Aqui, vamos proceder com o ponto negativo e o ponto positivo de uma e outra obra. Por um lado, Furtado é revisto drasticamente nos contextos e noções de mercado interno que afirma, como na involução econômica da região mineira após o auge de 1750-60, a característica dominante de estagnação por toda a primeira metade do século XIX, a euforia ao fim do século anterior que cairia com a prostração econômica que abate a colônia; da mesma forma, é fundamentalmente revisto no que afirma sobre a dimensão interna da colônia, sobre acumulação interna pelos grandes mercadores e importância socioeconômica destes.

Neste ponto, Fragoso e Florentino abrem uma nova complexidade à economia e sociedade colonial tardias, pois se havia espaço para acumulação interna e esta era desigual e monopolizada pela elite mercantil, são pontos que dão uma abordagem distinta ao tipo de desenvolvimento possível ao Brasil, conforme o projeto arcaico que apresentam Fragoso e Florentino.

Contudo, por outro lado, às deficiências em pontos cruciais desses autores contrapõe-se o ponto forte de Furtado. Como já apontamos em capítulo anterior, Furtado usa a renda *per capita* estimada como dado fundamental do estado da atividade econômica, ao que são seguidos entre 1800 e 1850 os valores mais baixos que a economia interna conhecera desde a produção açucareira, a saber, 50 e 43 dólares ao valor presente de 1959.

O ponto forte de Furtado está em que (apesar então de desconhecer o vulto mercantil e interno) ele captura o grau de desenvolvimento dos elementos da economia brasileira. Se a economia açucareira na primeira metade do século XVII apresentava renda per capita muito superior à economia mineira, superior inclusive aos padrões europeus de sua época, deste confronto também aparece que a maior população e maior proporção de homens livres indica um potencial de desenvolvimento interno fartamente superior na mineira do que na açucareira.

Se este quadro fez Furtado se perguntar o porquê do não desenvolvimento de atividades pré-industriais num amplo centro urbano, o quadro de uma inflexão demográfica na primeira

metade do século XIX, que portanto dilui a renda interna ao mesmo tempo que esta estaria em estagnação dados os baixos níveis de exportação, este quadro acima de tudo demonstra que os recursos potenciais para o desenvolvimento econômico não param de crescer, embora a produção novamente não exceda a produção agrícola, agora protagonizada pelo café.

Logo, é a estrutura da produção e a possibilidade dos *impulsos dinâmicos internos* de gerar transformações na formação de capital, que aumentariam o nível de renda, que por sua vez alimentaria o mercado interno, no que formariam condições *desenvolvimento de autopropulsão* – é neste processo que Furtado se concentra, sendo este o processo que demonstraria a evolução estrutural da economia brasileira no tempo, e assim, embora considere o comércio interno quase como uma variável exógena ao desenvolvimento industrial, nem por isso sua abordagem deixa de demonstrar como os elementos internos tem uma dimensão raquítica em confronto com os elementos da economia norte-americana, que na mesma trajetória temporal se desenvolveu, enquanto o Brasil sub-desenvolveu.

Desta forma, Frago e Florentino tem sua importância reduzida, pois, como mostramos, sua problemática abordagem historiográfica e seu incipiente desenvolvimento teórico complicam a extensão estrutural de seus argumentos. Apenas a sugestão de que persiste a desigualdade de renda no período colonial de forma semelhante na década de 1980, como se o projeto arcaico implementado por Portugal e reproduzido pelos negociantes de grosso trato fosse irresistível, não é uma explicação aceitável da estrutura brasileira e do tipo de desenvolvimento que seus elementos permitiram no tempo.

Por isso, entendemos que o papel de *O arcaísmo...* no debate sobre a formação do Brasil e as possibilidades econômicas e sociais que legaram à História, é o papel de preencher um espaço vago na estrutura que se construiu e avançou desde Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Cardoso, Jacob Gorender. Embora seja relevante a proposta de buscar um redimensionamento do papel externo para reconhecer o vulto do papel interno na explicação da economia e sociedade coloniais, ao uso dos documentos feito para ratificar a abordagem de reprodução de uma hierarquia desigual e dominação de uma elite mercantil, nos vem à cabeça interpretações como esta:

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmo que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração

externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos”. (Holanda, 1947, p.160)

Em suma, entendemos não ser apropriado sustentar os quadros que Fragoso e Florentino demonstram por meio de uma proposta que gera uma dicotomia ao debate. Antes, é preciso construir propostas teóricas de acordo com o vasto e poderoso debate sobre o atraso brasileiro, do qual justamente os autores pinçaram e repetiram argumentos que reforçam o sentido de suas próprias afirmações, como já demonstramos.

Por fim, entendemos que algumas perguntas feitas ao modelo de Fragoso e Florentino podem gerar pesquisas fundamentais para esclarecer os gargalos de sua explicação, e assim iluminar o debate. 1) Por um lado, é preciso aprofundar o dado apresentado de que as grandes fortunas cariocas de início do século XIX são majoritariamente de portugueses emigrados na metade do século XVIII, e analisá-lo à luz da política de Marques de Pombal de fortalecimento de comerciantes brasileiros e portugueses contra a dominação estrangeira do comércio colonial no mesmo período, além de destacar qual o papel da mudança da apropriação de renda de não-residentes a residentes na acumulação mercantil a partir de 1808.

Isto é, acreditamos ser necessário uma análise aprofundada para determinar quão interna ou reflexa é a acumulação mercantil que se dá ao período, que se esclareça se a acumulação é reflexa de política portuguesa, que se delineie quão profundo é o efeito anti-cíclico obtido com a instalação do governo metropolitano a 1808, e desta forma sugerir o real quadro da transformação estrutural por que passa a colônia com o novo patamar de acumulação e ascensão de uma elite mercantil.

Outra pergunta, 2) entendemos que do confronto entre a trajetória histórica de acumulação mercantil na colônia com a historiografia sobre a acumulação mercantil que evolui na desagregação do Antigo Regime ao fim da Idade Média, no aumento da monetarização das relações econômicas, pode-se inferir relações importantes; assim como do confronto com realidades de monopólio e lucro por alienação e empréstios, isto é, realidades mercantilistas de um contexto em que o patamar de acumulação ainda não é o do capital prestamista e usurário caracterizado no início da Revolução Industrial.

Este dimensionamento da realidade colonial a uma realidade cujas formas e níveis de acumulação são aparentemente semelhantes, pode sugerir uma base sólida para a distinção da real dimensão da acumulação mercantil na colônia, como apreender seu histórico em raízes

arcaica à semelhança de toda forma de acumulação mercantil que conheceu a Europa em estágio de desenvolvimento semelhante; deste enfoque poderia-se apreender qual a novidade que o projeto social arcaico de Portugal em comparação com o projeto mercantil europeu, estruturalmente atrelado a uma ordem de privilégios e monopólios.

Desta forma, o debate pode enriquecer e serem completadas peças importantes, ao mesmo tempo que retoma-se a força explicativa de análises anteriores, numa síntese entre os determinantes internos e externos renovados pela polêmica trazida em *O arcaísmo...*, talvez ainda erguendo um novo monumento teórico ao debate sobre a Formação do Brasil.

Para concluir, gostaríamos de retomar a citação da epígrafe desta dissertação. Marc Bloch é o historiador responsável por inaugurar a noção de “história como problema”, tratando o passado não como valoroso em si, mas enquanto descortina explicações ao presente. Entendemos que esse é o erro fundamental de Frago e Florentino, ao tentar postular as causas do arcaísmo histórico do Brasil, e não buscá-las. Imaginamos que os autores captaram a mentalidade de um tempo que via o Brasil preso a uma realidade irresistível, a um Brasil que não conseguia escapar de atrasos e dependências históricas.

Acreditamos que não se pode mais dizer isso, depois de uma inflexão histórica e de pela primeira vez na História termos uma política externa independente, enquanto países do mundo capitalista central entram em ocaso, em crise e capturados pelo capital financeiro, agora a depender do papel anti-cíclico das economias emergentes.

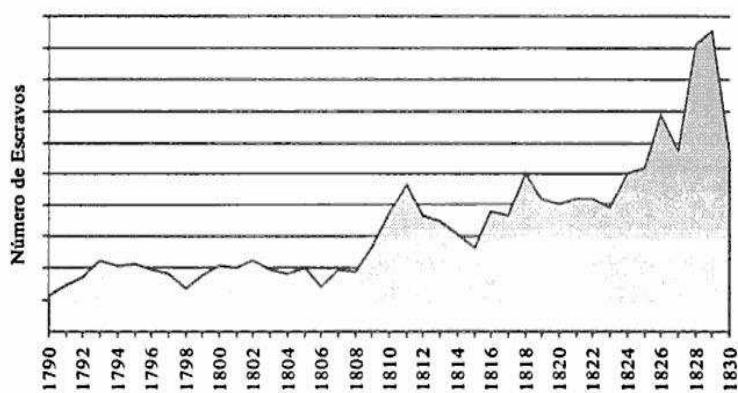
Pensamos, sim, que a reflexão histórica deve retomar os clássicos de nossas ciências humanas e seus argumentos estruturais sobre as idiossincrasias e atraso brasileiro – pois em um momento em que setores conservadores e retrógrados, reabsorvidos e sucessivamente reforçados de período a período de nossa História, estão a escamotear e fraudar ao imaginário coletivo brasileiro a inflexão histórica por que passa o país, por meio de uma mídia monopolista e seletivamente partidária, em atitudes desesperadas que se assemelham cada vez mais com as movimentações que pediram, incentivaram e sustentaram o golpe Militar que tomou o Estado em 1964: neste momento é preciso reconsiderar as explicações de nossas ciências humanas para entender como é possível a manutenção de tal aberração autoritária e anti-democrática em pleno século XXI.

ANEXO

-Anexo 1.

Fonte: Fragoso & Florentino, 2001, p. 95

GRÁFICO 4: Flutuações dos desembarques de escravos provenientes da África no porto do Rio Janeiro, 1790-1830



FONTE: FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 51.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 217-238
- BLOCH, M. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. V. III. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- CANABRAVA, A. P. Terras e escravos. In: *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. CMU/UNICAMP, 1997
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.
- FURTADO, C [1959]. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M [1993]. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOLANDA, S. B. De [1947]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P.; DANIEL NETO, M. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr./jun. 2001.
- MELLO, E. C. de. “Raízes do Brasil” e depois. In: Holanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V.B. (Org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968
- PRADO JR., C. [1942] *Formação do Brasil Contemporânea*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SCHWARTZ, S. B. *Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, p. 129-153, dez. 1999.